

## A TRAJETÓRIA DE ALUNOS CEGOS EM CURSOS SUPERIORES DE BACHARELADO EM MUSICOTERAPIA.

Noemi N. Ansay<sup>1</sup>, Mariana Arruda<sup>2</sup>

“Será que as instituições de Ensino Superior nunca se questionaram sobre a possibilidade de pessoas com necessidades especiais desejarem também ter um curso superior?” Maria Terezinha Chociai<sup>3</sup>

### Resumo:

Este artigo trata da trajetória de alunos cegos que ingressaram em três cursos de bacharelado em Musicoterapia no Brasil entre 2004 a 2007. Por meio da abordagem qualitativa procurou-se conhecer os fatores que contribuíram para o ingresso, a permanência e a conclusão destes alunos no referidos cursos. Partindo-se de depoimentos escritos fornecidos por três alunos, extraíram-se as seguintes categorias de análise: I – Ingresso no curso através do processo seletivo; prova específica de música; II- Barreiras de ordem física, estrutural, atitudinal encontradas no cotidiano acadêmico; III- Caminhos e estratégias encontradas para superar formas de exclusão e discriminação no ensino superior; IV Acessibilidades no fazer musical dos alunos e sua importância no exercício profissional. Após a análise destas categorias constatou-se que, mesmo frente aos avanços legais e numéricos no que diz respeito à inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino superior, ainda é necessário ultrapassar diversas barreiras. Foi possível também encontrar através das vivências relatadas pelos alunos, estratégias e alternativas que trazem contribuições as políticas públicas e aos projetos pedagógicos possibilitando que outros alunos com necessidades especiais tenham êxito ao cursar uma faculdade.

---

<sup>1</sup> Noemi N. Ansay. Graduada em Musicoterapia pela Faculdade de Artes do Paraná (1992). Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Tuiuti do Paraná (2004) Mestre em Educação Especial pela UFPR (2009). É professora auxiliar da Faculdade de Artes do Paraná- FAP. *Curriculum Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/2555951277654216> , E-mail: [noemiansay@gmail.com](mailto:noemiansay@gmail.com)

<sup>2</sup> Mariana Arruda - Musicoterapeuta e Professora no Curso de Musicoterapia da FAP. Especialista em Neuropsicologia e Educação Especial. *Curriculum Lattes*: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=W7549253> E-mail: [marianalarruda@gmail.com](mailto:marianalarruda@gmail.com)

<sup>3</sup> Maria Therezinha Chociai é musicoterapeuta, cega, graduada em Musicoterapia pela FAP.

Palavras-chave: alunos com necessidades especiais, curso de musicoterapia, inclusão.

## 1. Introdução

A partir da década de 1990 no Brasil, com as políticas de inclusão escolar houve um aumento significativo no ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE)<sup>4</sup> no ensino comum, ampliando-se dessa forma possibilidades de pesquisas empíricas sobre este tema. Ao analisarmos os dados do MEC/INEP (2006), relacionados à evolução de matrículas de alunos cegos<sup>5</sup> no Ensino Superior entre os anos de 2003 a 2005, constatamos que em 2003 o número de alunos era de 920, em 2004 o número cresceu para 1.665 alunos e em 2005 chegou a 3.518 alunos, havendo um crescimento entre 2003 a 2005 de 382% de matrículas desse alunado no Ensino Superior, este número é significativo e merece estudos sobre os fatores que contribuíram para tal crescimento.

Analisar a trajetória de alunos cegos nos cursos de Musicoterapia e os determinantes atribuídos por eles ao seu avanço acadêmico pode trazer contribuições para ações político-pedagógicas que atendam as especificidades educacionais/ musicais dos mesmos e do processo de inclusão de forma geral.

Para esta pesquisa utilizou-se os pressupostos da pesquisa qualitativa<sup>6</sup>, por ser a mais adequada na compreensão da vida dos participantes em seu cotidiano,

---

<sup>4</sup> Na declaração de Salamanca (1994) o termo “pessoas com necessidades educativas especiais” foi utilizado para denominar a todas as crianças ou jovens que têm necessidades decorrentes de suas características singulares na aprendizagem. Neste trabalho, entende-se por alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) aqueles indivíduos que têm baixa visão, cegueira, deficiência auditiva, surdez, deficiência física, mental, múltiplas deficiências, altas habilidades superdotação e condutas atípicas (Secretaria de Educação Especial, números da educação especial no Brasil, abril de 2005).

<sup>5</sup> Segundo dados do IBGE do Censo 2000, entre 16,6 milhões de pessoas com algum grau de deficiência visual, quase 150 mil se declararam cegos. No Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 no art 5º § 1º b) Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quais quer das condições anteriores.

<sup>6</sup> Segundo Minayo (1996, p.21) “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...]”.

buscando-se levantar através da realização e análise dos questionários os eixos norteadores deste estudo.

## **2. Desenvolvimento**

Nos cursos de bacharelado em Musicoterapia no Brasil as pesquisas relacionadas a esta temática são escassas e as estatísticas sobre o número de alunos com NEE que ingressa aos cursos é inexistente até o presente momento. Para a construção deste artigo entrou-se em contato com as coordenações de dez cursos de Musicoterapia no Brasil<sup>7</sup>. Destas obtivemos resposta de três faculdades, relatando somente o ingresso de alunos cegos em seus cursos de graduação. Posteriormente conseguimos os contatos com os alunos, que preencheram um questionário, onde procurou-se conhecer os fatores que contribuíram para o ingresso, a permanência e a conclusão destes alunos no curso de Musicoterapia.

Partindo-se das respostas dos questionários extraíram-se as seguintes categorias de análise: I – Ingresso no curso através do processo seletivo; prova específica de música; II- Barreiras de ordem física, estrutural, atitudinal encontradas no cotidiano acadêmico; III- Caminhos e estratégias encontradas para superar formas de exclusão e discriminação no ensino superior; IV Acessibilidades no fazer musical dos alunos e sua importância no exercício profissional.

### **2.1 Caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa**

Dos alunos participantes duas são do sexo feminino e um do sexo masculino. Usamos nomes fictícios para os participantes da pesquisa, garantindo o sigilo e anonimato dos alunos, bem como das instituições a quem eles se referem.

Juliana, 25 anos, é cega, perdeu a visão aos 13 anos, não utiliza o Braille, utiliza os softwares: Virtual Vision, Jaws, NVDA, Talks,<sup>8</sup> foi aluna da Faculdade 1, concluiu sua graduação em 2007

---

<sup>7</sup> Faculdade de Artes do Paraná; Faculdades Metropolitanas Unidas- SP; Faculdade Paulista de Artes; Universidade Federal de Goiás; Conservatório Brasileiro de Música; Faculdade EST (São Leopoldo); Universidade Federal do Piauí; Faculdades Integradas Olga Mettig/ FAMETTIG, Universidade Federal de Minas Gerais; Faculdade de Ciências Humanas Olinda;

<sup>8</sup> Os softwares Visual Vision, Jaws, NVDA, Dosvox, Despech são sintetizadores de voz para pessoas cegas que tenham acesso aos computadores.

Marta, 36 anos, é cega, utiliza o Braille, a musicografia e os softwares: Dos vox, Jaws, NVDA, Virtual Vision e o Talks, foi aluna da Faculdade 2 e se formou em 2009.

Gabriel (27 anos), cego, utiliza o Braille e os softwares: Jaws, NVDA e Despech é aluno da Faculdade 3 e está no 4º ano do curso de musicoterapia.

Os três alunos frequentaram o ensino comum durante toda a sua escolaridade.

## 2.2 Ingresso no curso através do processo seletivo

Neste eixo de análise trabalhou-se com dois aspectos que foram os que tiveram maior incidência nas respostas: as bancas especiais<sup>9</sup> e a prova específica de música no processo seletivo.

Todos os três alunos informaram as comissões organizadoras sobre a necessidade de acessibilidades no momento da prova.

Juliana, aluna da Faculdade 1 relata: *“No dia marcado não havia ledor<sup>10</sup>, chamaram um inspetor da faculdade, esta estava mais nervosa do que eu e não sabia ler inglês [...].”*

Marta, aluna da Faculdade 2 afirma: *“As provas eram em Braille e foram feitas em sala especial com a presença de fiscais. O ledor foi providenciado e o tempo de duração foi igual ao fornecido aos demais educandos, tempo que me foi suficiente.”*

Gabriel, aluno da Faculdade 3, diz: *“A faculdade providenciou um funcionário para ler a prova e anotar as respostas no gabarito, bem como transcrever a redação.”*

Quanto à prova específica de música só aluna Marta fala a respeito *“[...] as provas de teoria e de prática musical foram feitas por meio da Musicografia Braille, que em seguida foi transcrita por um professor cego.”*

Consultando os editais do processo seletivo constatamos que as três faculdades citadas neste trabalho solicitaram que os candidatos entrassem em

---

<sup>9</sup> Bancas especiais se constituem em espaços físicos com acessibilidades e serviços especializados oferecidos nos processos seletivos aos candidatos com necessidades especiais, sejam elas de ordem intelectual, física, visual ou auditiva, além de problemas de saúde, licença maternidade e casos de hospitalização. (ANSAY, 2009, p. 79) Particularmente nesse trabalho nos deteremos ao estudo das bancas especiais direcionadas para pessoas cegas.

<sup>10</sup> Ledor é a pessoa responsável em ler uma prova, ou um texto para pessoa cega.

contato com antecedência com as Comissões de Processo Seletivo, para que informassem os recursos necessários para a participação dos candidatos nas provas, no entanto, o que observou-se nos depoimentos é o desconhecimento das Comissões Organizadoras sobre as acessibilidades adequadas para os alunos cegos, leitores sem nenhum tipo de formação e treinamento, falta de provas em Braille, falta de transcritores para as provas em Braille e falta de recursos de informática adequados para os candidatos.

Somente a Faculdade 1 ofereceu a candidata, as provas em Braille, um leitor, um professor cego para transcrever a prova e a prova específica de música em Musicografia.<sup>11</sup>

Percebe-se também que os editais dos processos de seleção das faculdades pesquisadas são genéricos e com poucas informações para o candidato cego. Consideramos da maior importância que os editais tenham informações claras e específicas, para que o aluno cego tenha maior compreensão do processo seletivo.

Os participantes desta pesquisa sugerem outras medidas para uma melhor acessibilidade nos processos seletivos:

Marta diz: *“Além das provas em Braille e um leitor, as provas poderiam também ser digitalizadas para promover maior autonomia, agilidade e rapidez.”* Gabriel diz: *“Deveria ter um caderno de questões em Braille e um transcritor para a prova Braille. E Juliana afirma: “Tudo seria facilitado se as provas fossem feitas em Word, com um sistema de segurança e um bloqueio ao acesso à internet e com fiscalização normal de um vestibular comum.”*

Ross (2004) afirma que:

Aceitar as diferenças não significa revestir o trabalho de docilidade ou irracionalidade, mas significa aprender com a riqueza dos encontros e interações entre as pessoas. Aceitar as diferenças não comporta a imposição unilateral da vontade e nem da razão, mas significa pôr em movimento o trabalho do grupo que é sinérgico, em favor de cada um. (ROSS, 2004, p.205)

Práticas inclusivas demandam um trabalho do grupo (das pessoas com NEE, das instituições e do governo). No âmbito legal já temos leis que regulamentam e

---

<sup>11</sup> Segundo Tomé (2003). A primeira notação de Musicografia foi realizada por Louis Braille, no entanto, os códigos musicográficos passaram por constantes revisões para uma unificação, até chegar ao último manual de 1996.

dispõe sobre a inclusão de pessoas com NEE no ensino superior. Desde 1990 o MEC tem emitido avisos e portarias sobre a inclusão de alunos com NEE no ensino superior, entre elas o Aviso Circular MEC/ GM nº 277, que já sugeria encaminhamentos para que o aluno com NEE ingressasse no Ensino Superior e solicitava que as instituições desenvolvessem ações para acessibilidades, flexibilização dos serviços e capacitasse os professores para o atendimento desta demanda. Infelizmente o que encontramos é o descaso e a falta de respeito às diferenças dos candidatos com NEE nos processos seletivos, reforçando desta forma a exclusão dos alunos já na porta de entrada do ensino superior.

### **2.3 Barreiras de ordem física, estrutural, atitudinal encontradas no cotidiano acadêmico;**

Falar em barreiras é falar em obstáculos, em anteparos que impedem o acesso das pessoas a lugares, a espaços, a terem uma comunicação efetiva e a relacionarem-se umas com as outras.

As barreiras encontradas por pessoas com necessidades educacionais especiais são muitas: barreiras de ordem física, que se referem às barreiras arquitetônicas: falta de corrimãos, elevadores, falta de sinalização em Braille, rampas, adaptação de portas, banheiros que permitam o acesso das cadeiras de roda. As barreiras estruturais são aquelas impostas pelas organizações: falta de apoios, de estrutura para que a pessoa com uma NEE tenha autonomia e as barreiras atitudinais são aquelas relacionadas aos relacionamentos interpessoais, ao preconceito e as formas de exclusão social.

Nas respostas dos participantes encontramos referências a estas barreiras. Gabriel ressalta a barreira física e estrutural:

*“Pouquíssimo material digitalizado e nenhum em Braille; computadores inacessíveis; despreparo dos professores e funcionários; baixo nível de acessibilidade aos elevadores. [...] Ressalto que 90% das dificuldades encontradas em minha formação poderiam ser facilmente sanadas se a direção da faculdade tivesse o mínimo de interesse pela causa e compreendesse que um investimento financeiro pequeno e alguns ofícios solicitando das editoras de livros e revistas traria para as mãos da pessoa cega o que está diante dos olhos de quem enxerga”.*

A participante Juliana fala barreira atitudinal: *“Tentei implantar um projeto de livro falado e software de voz em um computador da biblioteca para acesso a internet, aos materiais disponíveis na instituição, para a realização de provas e uma melhor independência do aluno, não só a mim, mas os possíveis que pudessem vir, contudo o projeto foi recusado. Tentei no ano seguinte implantá-lo através de uma iniciação científica, entretanto sem êxito novamente.”*

Marta destaca as seguintes dificuldades: *“Falta de acessibilidade aos materiais disponibilizados pela Biblioteca; o desconhecimento do Sistema Braille e da Musicografia; Aulas extremamente visuais sem outras formas de apresentação do conteúdo; Ausência de computador em sala com programas falados e máquinas Perkins<sup>12</sup>; Ausência de materiais táteis; Despreparo ou descomprometimento de alguns profissionais no que diz respeito à acessibilidade e inclusão.”*

Através destes discursos constatamos que a inclusão não se dá somente através das leis, pois elas já existem, o que se faz necessário, são ações que respeitem as diferenças dos alunos com NEE no contexto acadêmico.

Segundo o documento “Política e Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (MEC/SEESP, 2008), a educação superior deve promover o acesso, a permanência e a participação dos alunos neste nível de ensino. As ações devem envolver a acessibilidade arquitetônica, os sistemas de informação, a comunicação, os materiais didáticos e pedagógicos adequados, os quais devem fazer parte desde o processo seletivo e abranger todas as atividades desenvolvidas nas Instituições de Ensino Superior.

As faculdades, centros universitários e universidades são instituições sociais que expressam à forma como uma sociedade se organiza, seus valores, suas contradições, suas dificuldades e também suas perspectivas quanto ao futuro. Para Chauí (2001, p. 35) a universidade “não é uma realidade separada e sim expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada”. Desta forma a autora chama a atenção para o fato de que sendo a sociedade brasileira “uma sociedade autoritária, tecida por desigualdades profundas gera um sistema institucionalizado de exclusões sociais, políticas e culturais”. (CHAUÍ, 2001, p.123).

Devido à exclusão que marcou e ainda marca a educação de pessoas com NEE no Brasil, buscar a inclusão destas pessoas nos impõe um olhar desafiador,

---

<sup>12</sup> Máquinas Perkins é uma máquina de datilografia Braille, é constituída de nove teclas sendo uma tecla de espaço, uma tecla de retrocesso, uma tecla de avanço de linha e 6 teclas correspondentes aos pontos.

cauteloso e muitas vezes crítico. Desta forma, o ensino superior não pode deixar de reagir diante da indiferença, da desigualdade, dos padrões e rótulos que tradicionalmente classificaram diferença e inferioridade como sinônimos.

#### **2.4 Caminhos e estratégias encontradas para superar formas de exclusão e discriminação no ensino superior;**

Percebe-se através das respostas dos participantes o desinteresse de algumas instituições de ensino superior no atendimento integral da pessoa cega. Uma das justificativas seria o baixo índice de pessoas com necessidades especiais nessas instituições, outra justificativa seria falta de verbas, ou ainda, desconhecimento (desinteresse) das necessidades deste grupo de pessoas.

Para superar as dificuldades nos anos acadêmicos os três entrevistados contaram com o auxílio de familiares e amigos, que se propuseram a transformar textos impressos em áudios, ou os digitalizaram. Os colegas de classe, apesar do despreparo, gerado pelo pouco contato com pessoas cegas, os ajudaram no que foi possível. Quanto a alguns professores, percebendo o despreparo das instituições, se prontificaram a buscar materiais e alternativas para a exibição das aulas.

#### **2.5 Acessibilidades no fazer musical dos alunos e sua importância no exercício profissional.**

Sabe-se que no mercado musical brasileiro não se encontra material didático específico para aprendizagem de instrumentos, voltado a pessoas com necessidades especiais. O que encontramos são métodos para aprendizagem da teoria musical, como o *Musicografia Braille*<sup>13</sup> ou através de um software<sup>14</sup> (batizado

---

<sup>13</sup> Toda partitura pode ser escrita com os 63 símbolos Braille, indicando todos os detalhes possíveis em partituras escritas a tinta. Apesar disso, há pouco material e softwares que possibilitem o trabalho nesta área. Muitas vezes este fato é agravado pela falta de experiência dos professores de música para lecionar aos deficientes visuais alegando que é impossível passar o conteúdo das partituras efetivamente. Isso torna muito difícil a inclusão de músicos deficientes nas escolas e faculdades de música. As partituras em Braille proporcionam sua autonomia e independência e abrem novas possibilidades de trabalho. O uso de software específico pode dar ao músico deficiente a possibilidade de escrever suas próprias composições e ainda imprimi-las em tinta.



como *Musibraille*) disponível gratuitamente na internet. Nas faculdades de Musicoterapia estes métodos ainda não são utilizados no dia-a-dia acadêmico.

Os professores de música dos três entrevistados não possuíam preparo para ensinar alunos cegos. Nenhum deles encontrou material adequado para auxiliar os alunos na aprendizagem de instrumentos musicais, como piano, teclado e violão. A forma utilizada pelos professores foi a da repetição auditiva, ou seja, o professor toca, explica o dedilhado, e o aluno repete. A única forma encontrada pelo aluno para estudar, era decorando a canção ou exercício, dificultando e limitando desta forma o acesso dos alunos ao conteúdo da disciplina.

Quanto às práticas voltadas para o exercício profissional durante os estágios a aluna Marta relata:

*“A falta da visão não impediu minha atuação de estágio, pelo contrário, desenvolvi uma escuta sensível e os demais sentidos supriram a ausência dos olhos. Foram necessárias a elaboração de algumas adaptações. A condução seguiu de forma igual a dos videntes. Por exemplo: A improvisação se dava por meio da voz, de sons corporais, ora teclado ora instrumentos de percussão, assim os pacientes também interagiam da mesma forma. O diálogo musical ocorria de forma natural e espontânea, sem incômodos. Não houve a necessidade dos olhos para cantar, escutar, tocar, verbalizar e comunicar verbalmente ou musicalmente. A relação durante as atividades propostas ou técnicas aplicadas era considerada dentro da normalidade, considerando que a ausência do órgão da visão naquele momento não gerava empecilhos, pois outros canais permitiam a interação e a intervenção. Creio que não utilizei nenhum recurso diferenciado dos demais, apenas construí mapas mentais das instituições que atuei para minha orientação e mobilidade, trabalhei com a escrita e leitura Braille, incluindo a Musicografia Braille e adotei critérios e estratégias que substituíram a falta da visão e outros recursos que favoreciam a acessibilidade.*

Fica evidente a partir deste depoimento que a pessoa cega encontra alternativas e possibilidades para lidar com os desafios que surgem no cotidiano. Vigotsky afirma:

La ceguera, al crear una nueva y peculiar configuración de la personalidad, origina nuevas fuerzas, modifica las direcciones normales de las funciones, reestructura y forma creativa y orgánicamente la psique del hombre. Por

---

<sup>14</sup> Musibraille - disponível em: <<http://intervox.nce.ufrrj.br/musibraille/>>

consequente, la ceguera es no sólo un defecto, una deficiencia, una debilidad, sino también, en cierto sentido, una fuente de revelación de aptitudes, una ventaja, una fuerza. (VYGOTSKY, 1983, p. 99)

## **Conclusão**

Através das vivências relatadas pelos alunos participantes deste estudo, encontramos estratégias e alternativas que podem contribuir com as políticas públicas e aos projetos político pedagógicos dos cursos de bacharelado em Musicoterapia possibilitando o ingresso e a permanência de outros alunos com necessidades especiais.

Para finalizar citamos Moreira (2004), que elucida o processo de inclusão de pessoas com NEE no ensino superior:

A universidade inclusiva não aparece de um momento para o outro. Não surge por decreto nem se configura por meio de uma única gestão administrativa. Pelo contrário, desenvolve-se ao longo de um processo de mudança que vai eliminando barreiras de toda ordem, desconstruindo conceitos, preconceitos e concepções segregadoras e excludentes que, muitas vezes camufladas pelo silêncio, parecem não existir. É um processo que nunca está finalizado, mas que coletivamente precisa ser enfrentado. Uma universidade com atitude inclusiva é um grande desafio: sugere a desestabilização do instituído e o reconhecimento de que nossa sociedade é matizada pela diversidade, pela diferença, que o ser humano é pluralidade e não uniformidade. (MOREIRA, 2004, p.200)

## **REFERÊNCIAS**

ANSAY, N. N. **A trajetória escolar de alunos surdos e a sua relação com a inclusão no ensino superior Curitiba**. Dissertação de Mestrado em Educação, 133p. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Aviso Circular n.º. 277/MEC/GM**, de 8 de maio de 1996. Brasília, 1996. Dirigido aos Reitores das IES, solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial no Brasil. **Evolução da Educação Especial no Brasil**. Brasília: 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/brasil.pdf>. Acesso em: 05/04/2010

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasil: MEC/SEESP, 2008.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MOREIRA, L. C. **Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais: das ações institucionais às práticas pedagógicas**. Tese de Doutorado em Educação. 224 p. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

**Musicografia Braille**. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/musibraille/>> Acesso em: 23/04/2010.

ROSS, P. **Conhecimento e aprendizado cooperativo na inclusão**. Revista Educar, Curitiba, n. 23, p. 203-224, 2004. Editora UFPR

TOMÉ, D. **Musicografia Braille**. São Paulo: Global, 2003.

VYGOTSKY, L. S. Obras Escogidas V. Fundamentos de defectología. Moscú: Editorial Pedagógica, 1983.